

Icatu SEGUROS

ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ Nº 42.283.770/0001-39

www.icutaseguros.com.br

Praça 22 de Abril, 36 - Cep: 20221-370 - RJ
Tel: (21) 3824-3900

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015 da Icatu Seguros S.A., além dos respectivos pareceres dos Auditores Independentes e Comitê de Auditoria. O faturamento (*) da Companhia foi de R\$ 2,3 bilhões, o que representa um crescimento de 16,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. A soma dos resultados das operações de seguros, previdência complementar e resseguro alcançou R\$ 311,2 milhões, aumento de 16,1% comparado a 2014. A Icatu Seguros S.A. apresentou lucro líquido de R\$ 216,6 milhões em 2015, em linha com o resultado líquido alcançado no ano anterior. O patrimônio líquido atingiu R\$ 858,6 milhões em 31 de dezembro de 2015, líquidos da distribuição de R\$ 100,0 milhões de dividendos definidos em Assembleia Geral Ordinária de abril de 2015. Destaque também para o índice de Sinistralidade, que apresentou uma redução de 4,0 pontos percentuais, refletindo da qualidade da subscrição de riscos e controle das carterias. As provisões técnicas de seguros e previdência complementar somaram R\$ 10,9 bilhões em 2015, o que representa um crescimento de 20,5% em relação ao ano anterior. A Companhia aderiu aos seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 521/2015. A empresa mantém sólida posição financeira, com ativos livres da ordem de R\$ 207,2 milhões. A Icatu Seguros S.A. agradece aos seus acionistas, funcionários, parceiros e corretores pela conquista desses resultados. Agradece também aos clientes pela preferência e confiança e à SUSEP pelo apoio. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2016. A Administração.

* Faturamento = prêmios emitidos líquidos + contribuições para cobertura de risco + receita com resseguro + rendas de contribuições e prêmios + rendas com taxas de gestão e outras taxas

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)				DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA 2015 E 2014 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)			
		2015	2014	2015 (Reclassificado)		2014 (Reclassificado)	
Ativo Circulante		10.400.594	9.181.869	1.991.915	1.602.122		
Disponível		23.533	8.732	110.784	105.156		
Caixa e Bancos		23.533	8.732	10.226	81.764		
Aplicações	Nota 5	10.096.202	8.920.697	1.729.120	1.154.640		
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros		103.415	98.116	10.174	6.301		
Prêmios a Receber	Nota 7	89.395	91.977	926	2.470		
Operações com Seguradoras		6.320	4.129	10.522	6.340		
Operações com Resseguradoras		7.700	2.010				
Créditos das Operações com Previdência Complementar		358	605	76.987	50.468		
Operações com Seguradoras		358	605	1.333	1.495		
Operações com Resseguradoras		—	—	14.175	4.967		
Corretores de Seguros e Resseguros		—	—	23.516	5.392		
Outros Débitos Operacionais	Nota 8	69.038	54.398	37.436	38.135		
Outros Débitos Operacionais - Resseguro e Retrocessamento - Provisões Técnicas		—	—	633	479		
Títulos e Créditos a Receber	Nota 16	30.937	18.044	1.621	2.372		
Títulos e créditos a receber	Nota 9.1	23.349	28.419	23.777	12.862		
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 9.2	3.047	5.679	1.098.435	887.921		
Outros Créditos		1.026	1.171	481.669	452.378		
Despesas Antecipadas		103	7.637	312.675	5.392		
Custos de Aquisição Diferidos		48.987	45.221	137.460	128.390		
Seguros	Nota 14	40.100	42.197	4.663	5.382		
Previdência	Nota 15	2.897	3.024	68.160	68.160		
Ativo Não Circulante		1.592.325	888.331	601.067	475.163		
Reservatório a Longo Prazo		1.140.203	410.150	9.142.366	7.644.805		
Aplicações	Nota 5	829.165	150.874	137.460	128.390		
Títulos e Créditos a Receber		235.740	191.414	4.663	5.382		
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 9.2	73.550	55.443	1.991.915	1.602.122		
Depósitos Judiciais e Fiscais	Nota 17.3	162.190	135.971	170.249	116.187		
Depósitos Compulsórios		244	11	137.460	128.390		
Custos de Aquisição Diferidos		75.154	67.851	254.153	230.109		
Seguros	Nota 14	56.387	48.734	4.663	5.382		
Previdência	Nota 15	18.767	19.117	230.109	214.727		
Investimentos		301.914	334.868	4.130.199	3.258.918		
Participações Societárias		10	92	21.626	15.809		
Outros Investimentos		92	92	17.121	15.809		
Imobilizado		9.298	10.484	858.638	823.273		
Imóveis de Uso Próprio		89	89	425.000	345.000		
Bens Móveis		5.658	6.709	—	80.000		
Outros Imobilizações		3.551	3.686	—	—		
Intangível	Nota 11	140.810	132.889	499.457	382.906		
Intangível		140.810	132.889	499.457	382.906		
Total de Ativo		11.992.919	10.070.200	11.992.919	10.070.200		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA 31 DE DEZEMBRO 2015 E 2014 (Em milhares de reais)									
	Capital Social	Aumento de Capital em Arrecação	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Reserva de Ajuste de Aval. Patrimonial/Acumulados	Lucros	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2013	44.602	—	34.659	918	27.749	270.066	(45.825)	—	632.567
Aumento de Capital em Arrecação	—	44.602	—	—	—	—	—	—	44.602
Dividendos declarados AGO de 31/03/2014	—	—	—	—	—	(50.000)	—	—	(50.000)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	—	—	—	—	—	9.788	—	—	9.788
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Reflexo	—	—	—	—	—	15.827	—	—	15.827
Lucro do Exercício	—	—	—	—	—	215.091	—	—	215.091
Constituição de Reserva Legal	—	—	—	—	—	(10.755)	—	—	(10.755)
Constituição de Reserva Estatutária	—	—	—	—	—	204.336	—	—	(204.336)
Aumento de Capital em Arrecação	—	80.000	—	—	—	(80.000)	—	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2014	44.602	80.000	34.659	918	38.504	344.402	(20.210)	—	823.273
Aumento de Capital em Arrecação	—	80.000	—	—	—	—	—	—	80.000
Dividendos declarados AGE de 30/04/2015	—	—	—	—	—	(100.000)	—	—	(100.000)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	—	—	—	—	—	(26.441)	—	—	(26.441)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Reflexo	—	—	—	—	—	(54.745)	—	—	(54.745)
Lucro do Exercício	—	—	—	—	—	216.511	—	—	216.511
Constituição de Reserva Legal	—	—	—	—	—	(10.828)	—	—	(10.828)
Constituição de Reserva Estatutária	—	—	—	—	—	(205.723)	—	—	(205.723)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	44.602	80.000	34.659	918	49.332	450.125	(101.396)	—	858.638
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA 2015 E 2014 (Em milhares de reais)									
	2015	2014							
Lucro do Exercício	216.511	215.091							
Outros Resultados Abrangentes									
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(26.441)	9.788							
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	(44.156)	13.313							
Impostos sobre o(a) ganho/(perda) originado no exercício	17.715	(6.525)							
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas e/ou controladas	(54.745)	15.827							
Total do Resultado Abrangente do Exercício	135.365	240.706							
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA 2015 E 2014 (Em milhares de reais)									
	2015	2014							
Atividades Operacionais									
Lucro do exercício	216.511	215.091							
Ajustes para:									
Depreciação e amortização	16.075	15.413							
Perda na alienação de permanente	(6.885)	591							
Resultado de Equivalência Patrimonial	(157.105)	(171.853)							
Variação das Provisões Técnicas	236.161	(88.294)							
Variável nas Contas Patrimoniais:									
Ativos financeiros	(1.853.796)	(1.379.968)							
Créditos das operações de seguros e resseguros	(5.299)	(14.330)							
Créditos das operações de previdência complementar	247	(153)							
Ativos de Resseguro	(12.803)	(87.728)							
Créditos fiscais e previdenciários	2.632	1.507							
Ativo fiscal diferido	(18.107)	(7.530)							
Depósitos judiciais e fiscais	(26.219)	(23.763)							
Despesas antecipadas	17.650	(7.628)							
Custos de Aquisição Diferidos	(11.069)	(27.789)							
Outros Ativos	199.495	113.249							
Impostos e contribuições	42.237	52.960							
Outras despesas a pagar	(8.028)	27.155							
Débitos de operações com seguros e resseguros	26.518	4.400							
Débitos de operações com previdência complementar	(751)	867							
Depósitos de terceiros	10.915	(13.460)							
Provisões técnicas - seguros e resseguros	11.320	1.160.255							
Provisões técnicas - previdência complementar	5.819	449							
Provisões judiciais	(81.186)	(42.385)							
Ajustes Avaliação Patrimonial	(91.734)	(25.515)							
Outros passivos	(11.761)	15.627							
Caixa Gerado pelas Operações	(46.166)	(42.060)							
Impostos sobre o lucro pagos	65.595	109.567							
Atividades de Investimento									
Recebimento pela venda:									
Investimentos	—	175							
Imobilizado e Intangível	—	48							
Pagamento pela compra:									
Investimentos	(18.824)	(35.310)							
Imobilizado e Intangível	(23.752)	(12.110)							
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	91.734	94.119							
Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades de Investimento	49.206	(68.280)							
Atividades de Financiamento									
Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(100.000)	(50.000)							
Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades de Financiamento	(100.000)	(50.000)							
Aumento (Redução/Líquido) de caixa no exercício	8.732	17.445							
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.732	17.445							
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	23.533	8.732							
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									

2.2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. 2.2.1 Base de Preparação. As Demonstrações Financeiras ("Demonstrações") foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517/15, e alterações previstas na Circular SUSEP nº 521/15, normas do CNP e as práticas contábeis, técnicas, as orientações e as interpretações emitidas pelo CPC quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". A despeito com aprovação de aplicação do valor de R\$ 98.917 que em 31/12/2014 estavam aloçados em "Outras despesas operacionais", no grupo de Seguros, foram reclassificados para Custo de Aquisição para melhor apresentação, comparabilidade e natureza da despesa. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) e Provisão de Sinistros/Eventos Ocorridos mas não Avisados (IBNH), foram segregadas em "Circulante" e "Não Circulante" em 2015, para efeito de comparabilidade. Foram reclassificados para Não Circulante R\$ 67.288 PSL e R\$ 67.950 IBNH em 2014. Estas Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2016. 2.2.2 Base de Mensuração. Os ativos e passivos estão mensurados de acordo com o custo histórico, exceto os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo para as categorias "ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado", e "ativos financeiros disponíveis para venda". A Companhia classifica os ativos e passivos em circulante e não circulante considerando os prazos de realização e exigibilidade, quando não é possível identificar tais prazos são classificados de acordo com estudo técnico e passivos de exigibilidade imediata são classificados no Circulante. 2.3 Moeda Funcional e de Apresentação. Os itens incluídos nas Demonstrações são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua. O Real (R\$) é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. 2.4 Uso de Estimativas. A preparação das Demonstrações requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas e julgamentos para o registro de transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como sua divulgação. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações referem-se aos ativos financeiros avaliados pelo valor justo, à realização dos créditos tributários, ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento do custo de aquisição para os produtos de previdência complementar, à probabilidade de êxito nas ações judiciais, aos efeitos decorrentes da provisão para sobreprovisão de créditos e outros ativos, e às provisões técnicas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes podem diferir dessas estimativas. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas, o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam é efetuado no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Redução ao Valor Recuperável (vide nota 3.1(c)); • Provisões Técnicas (vide nota nº 3.1); • Créditos Fiscais (vide nota nº 5); • Créditos Tributários e Previdenciários (vide nota nº 9.2); • Provisões Judiciais (vide nota nº 17.1); 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS. As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios sociais apresentados nos Demonstros. 3.1 Instrumentos Financeiros. a) Caixa e Equivalentes de Caixa - Disponível. Abrangem saldos de caixa, depósitos

continuação

ICATU SEGUROS S.A. CNPJ Nº 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br Praça 22 de Abril, 36 - Cep: 20221-370 - RJ Tel: (21) 3824-3900

participantes, líquidas de carregamento, acessadas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento especialmente constituídos para os planos do tipo PGBL e VGBL, ou acrescidas da remuneração garantida prevista para o plano do tipo FGB. As provisões matemáticas de benefícios a conceder, relacionadas aos seguros de pensão e aos planos de previdência complementar aberta na modalidade de benefício definido, em regime financeiro de capitalização, representam a diferença entre o valor presente dos benefícios futuros e o valor presente das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de planos de renda, atualizados monetariamente, líquidos de custos egresivos cedidos, brutos de resseguros a recuperar e custos egresivos aceitos, com base nos avisos de sinistros e eventos cadastrados até a data das Demonstrações e ainda pendentes de regularização. A base das provisões técnicas ocorre pelo seu efetivo pagamento. E, efetuado, ainda, um ajuste na provisão (INER - sinistros ocorridos e não suficientemente avisados), a fim de refletir no saldo da mesma, a melhor estimativa do valor de pagamento do sinistro, considerando histórico de resoluções de sinistros, ocorridos e não avisados. Os valores de sinistros a recuperar, correspondem à parcela do ressegurador nos sinistros, pecúlios e rendas vencidos e ainda não pagos, atualizados monetariamente. 3.7.3 Provisão de Sinistros / Eventos Ocorridos mas não Avisados. Constituída para a cobertura dos sinistros/ eventos ocorridos e não avisados em Demonstrações, sendo que: (I) A metodologia de cálculo utiliza experiência própria para definição dos valores de IBNR, utilizando os métodos estatístico-atuariais conhecidos como triângulo de run-off, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos sinistros incorridos para a projeção de sinistros futuros durante o período de ocorrência. (II) Uma vez que o IBNR possui relação direta com os sinistros ocorridos, e estes por sua vez são diretamente relacionados aos prêmios ganhos, apuramos o IBNR como um percentual do prêmio ganho dos últimos 12 meses e utilizamos esta proporção para fins de atualização mensal da provisão. 3.7.4 Provisão de Prêmios não Ganhos. Constituída para as parcelas de prêmios não recebidos, em diferenças linearmente até o fim de vigência do risco para riscos vigentes emitidos, considerando ainda uma parcela estimada para os riscos vigentes e não emitidos com base no histórico de atraso na emissão dos prêmios. 3.7.5 Provisão de Excedente Financeiro. Constituída para a cobertura das despesas de administração dos rendimentos que exceda à rentabilidade mínima dos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta que previram cláusula de distribuição de resultados financeiros. 3.7.6 Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar. Constituída para a cobertura das despesas com devoluções de contribuições/prêmios e a serem regularizadas em portabilidades solicitadas nos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta que, por qualquer motivo, ainda não foram transferidas para a entidade/seguradora receptora e as contribuições/prêmios recebidos e não cotizados até a data-base das Demonstrações. 3.7.7 Provisão de Despesas Relacionais. Constituída para a cobertura de despesas relacionadas ao pagamento de sinistros/benefícios. A PDR inclui também os valores que, anteriormente, eram constituídos na Provisão para Despesas Administrativas (PDA). 3.7.8 Provisão de Excedente Técnico. Constituída para a garantia dos investimentos realizados em ações, títulos e instrumentos de supervir técnica, conforme previsto em regulamento ou contrato. A provisão é calculada mensalmente com base na apuração do resultado de cada apólice/certificado que possua a cláusula de excedente técnico. 3.8 Teste de Adequação dos Passivos. A Companhia realiza, trimestralmente, um teste visando determinar se os passivos registrados estão adequados em relação à melhor estimativa dos desembolsos líquidos de caixa projetados, decorrentes de contratos de seguros e previdência por ela emitidos. Para este teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa corrente dos fluxos de caixa até o final de vigência das obrigações, brutas de resseguros, utilizando premissas atuais de todos os contratos e certificados dos planos comercializados, sem considerar novas vendas e compensação de contribuições futuras. Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixa considerados no teste somente até a data da renovação destes contratos. Para os contratos de previdência, como previdência de sobrevivência, foram utilizadas as tábuas de mortalidade BR-EMSab-V-2015-M e BR-EMSab-V-2015-I. Consideramos saídas por cancelamento e índice de convertibilidade em renda, com base no histórico dos planos observado ao período máximo de três anos. As rendas são vitalícias. Cálculos de despesas de manutenção foram consideradas as diretamente relacionadas com a operação, diferenciadas pela fase de diferimento ou de recebimento do benefício. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa de juros (ETTJ) livre de risco definida pela SUSEP. A Estimativa corrente dos fluxos de caixa de RS 293.934 e as Provisões Técnicas foram em R\$ 37.373. Logo, os passivos são suficientes para garantir a capacidade de pagamento de caixa projetados. 3.9 Provisões Judiciais. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objeto de discussão judicial são realizados de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 25 e levam em consideração o princípio da razoabilidade da Companhia, consultores externos e da Administração em relação às probabilidades de desfecho desfavorável no julgamento final dos processos judiciais. As provisões constituídas para fazer face às perdas decorrentes de ações judiciais de natureza civil, trabalhista e fiscal, objeto de discussão judicial, são calculadas com base na probabilidade de saída de recursos para liquidação das obrigações. A Companhia adotou o critério de provisão a totalidade das provisões de natureza civil, trabalhista e fiscal cuja probabilidade de perda é considerada provável. Estas Provisões, quando não vinculadas a contrato de seguros, estão contabilizadas na rubrica "Provisões Judiciais - no passivo". As provisões de natureza civil, trabalhista e fiscal, quando vinculadas a contrato de seguros, estão contabilizadas na rubrica "Provisões Judiciais - no passivo circulante e não circulante. As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica "Outras Contas a Pagar", no passivo não circulante, e em demonstrações na rubrica "De honorários de sucumbência" sob o rubrica "Outras Contas a Pagar". Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações obtidas através do departamento jurídico interno e dos consultores legais independentes e provisionadas na medida das sentenças condenatórias proferidas. Os valores estimados de perdas provisórias das provisões são calculadas com base nos critérios de atualização monetária e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza, Tribunal e Região nos quais a causa está sendo avaliada. Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica "Depósitos de Natureza Civil e Fiscal", no ativo não circulante, e são atualizados mensalmente pela SELIC para o período de análise fiscal e PDR. A rubrica TR para os depósitos judiciais trabalhistas e civis (vide Nota 17). 3.10 Resultado. Os prêmios de seguros, cossseguros e comissões, deduzidos dos prêmios cedidos em cossseguros e comissões correspondentes, são contabilizados em resultado quando a emissão de uma apólice ou contrato de seguro é aprovada e o risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão e apropriados em bases lineares no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão de provisão para prêmio não ganho e dos custos de aquisição diferidos. São contabilizadas, também, as receitas de prêmios estimados e as correspondentes despesas de comercialização (custos de aquisição diferidos) relativos aos riscos vigentes cuja apólice ainda não foram emitidas. As operações do Consórcio DPVAT são contabilizadas com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Seguradora Líder") na proporção do percentual de participação da Companhia. Conforme definido em instrumentos dos consórcios, 50% do resultado mensal são retidos pela Seguradora Líder ao longo do período e somente repassados à Companhia pelo seu valor líquido no início do exercício social seguinte. Os outros 50% dos resultados a distribuir são repassados líquidos de impostos e encargos de natureza tributária para os planos de cossseguros aceitos são contabilizadas com base nas informações recebidas das seguradoras. As contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) são reconhecidos como renda de contribuições e provisões em caso de seu efetivo recebimento. Os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida ao resultado do exercício. 3.11 Benefícios e Empregados. Refere-se a plano de contribuição definida sob o qual a Companhia paga contribuição fixa para uma entidade separada, em caso de incapacidade ou morte de empregado. As contribuições são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado. Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. 3.12 Impostos e Contribuições. 3.12.1 Impostos Correntes. A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o montante que exceder R\$ 240 no ano, e a provisão para contribuição social à alíquota de 20% a partir de 2015. 3.12.2 Impostos Diferidos. São constituídos mediante a aplicação das alíquotas do imposto de renda e contribuição social vigentes na data de encerramento das Demonstrações, sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, ajustados pelo valor da realização de operações. Quando aplicável, a Companhia realizou o cálculo segregando as provisões que serão realizadas até 31/12/2018 aplicando a alíquota de 20%, e as demais provisões cujo o vencimento será após 31/12/2018 foi aplicado alíquota de 15%. 4. GESTÃO DE RISCO. O processo de avaliação de riscos se baseia em identificar e considerar as implicações e relevância dos riscos envolvidos no negócio da Companhia, ou seja, nos processos e produtos, nos processos que lhes são suportados. A Companhia considera, a dimensão e complexidade de suas operações, bem como fatores externos e internos que possam afetar o cumprimento adequado dos seus objetivos. 4.1 Responsabilidades pela Gestão de Riscos. A Gestão de Riscos é exercida pelo Conselho de Administração - ConsAd, de Administração, com o apoio e avaliação de diversas áreas, dentre as quais as de

Compliance e Controles Internos, assegurando o equilíbrio, a transparência e a integridade das informações publicadas. Os responsáveis pelo gerenciamento de riscos têm a atribuição de, periodicamente, rever as estratégias dos negócios para entender e administrar os riscos relevantes, visando melhor aproveitamento para tais riscos. 4.2 Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos. A formulação e revisão das políticas de controles internos tem por objetivo a redução dos riscos levantados e controlados pelas áreas da Companhia. A fundamentação para definição de componentes e ações essenciais a um processo organizado de gestão de riscos, que caminha na consolidação de um Sistema de Controles Internos, leva em consideração modelos de gerenciamento originados pelos pronunciamentos emitidos pelo COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission, 4.3.1 Principais riscos associados a instrumentos financeiros. 4.3.1.1 Risco de Crédito - Risco de que o emissor do título possa não honrar o principal ou o pagamento de juro.

Baseia-se, principalmente sobre aqueles relativos às aplicações financeiras. Quanto à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos por meio da Política e Investimentos da Companhia. Em relação a emissões de empresas, não financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento é aplicada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores. Um dos itens que integram as análises é o rating atribuído por agências externas de classificação de riscos. Em moeda local, o risco soberano do Governo brasileiro representa o menor nível de risco de crédito - nota AAA, e está relacionado às emissões locais denominadas em reais de títulos públicos federais, no volume de R\$ 6.955.112 (R\$ 4.035.306 em 2014). O volume das aplicações em créditos privados, classificados no nível 2 conforme definido na nota 5.3, com exceção das quotas de fundos não exclusivos, estava assim distribuído na data-base, de acordo com a classificação das agências de rating do Standard and Poor's, Fitch e Moody's. Sempre considerando a classificação de mais conservadora dentre as três:

Table with columns: Rating, Debêntures, CDB, DPGE, LF, CR, FIDC, Promissória. Rows include AA+, AA, AA-, A+, A, A-, BBB+, BBB, BB+, BB, BB-, B+, B, B-, and TOTAL.

Table with columns: Debêntures, CDB, DPGE, LF, CR, FIDC, Promissória, Total. Rows include AA+, AA, AA-, A+, A, A-, BBB+, BBB, BB+, BB, BB-, B+, B, B-, and TOTAL.

4.3.1.2 Risco de Mercado - Constante potencial de que a carteira de títulos tem de sofrer perdas devido a flutuações nos valores de risco dos ativos. A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento de risco de mercado é o cálculo do VaR (Value at Risk) paramétrico. Além do cálculo do VaR, são realizados testes de stress para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal, com ênfase na relação a VaR em relação a VaR de referência. Os riscos associados a esta estratégia são mensurados através do sistema de controle de risco Accenture Risk Control, além do controle de risco desempenhado pelos administradores fiduciários dos fundos. A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração: (i) o VaR paramétrico; perda máxima esperada da carteira, a cada nível de confiança em um horizonte de tempo determinado. O horizonte do VaR é de 1 dia, estimado com nível de confiança de 95%, volatilidade EWMA (médias móveis exponencialmente ponderadas) janela de 300 dias e lambda de 0,94. (ii) DV01 (dollar-value for one basis-point): medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 0,01% nas taxas de juros a qual sua remuneração está associada. A seguinte tabela apresenta: A perda esperada em um dia com 95% de confiança através da metodologia VaR paramétrico; e a perda com a oscilação de um basis-point (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

Liabilities Management conforme premissas definidas na Política de Investimentos e aprovadas em Comitê de Investimentos Internos. As tabelas a seguir apresentam os ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação de desvalorização desses ativos. Para o ramo de Seguros de Vida, quanto a recebíveis de clientes, a Companhia obedece a uma Política de provisão para valores inadimplentes. Tais provisões se aplicam aqueles clientes com pendências a partir de 60 dias com aumentos graduais de baixas até que se chegue ao cancelamento da apólice quando ultrapassar os 120 dias.

Table with columns: Fatores de Risco, DV-01, VaR, Exposição. Rows include DI, IGP, IPCA, Ações, TOTAL, and 4.3.1.3 Risco de Liquidez.

Table with columns: Principais Ativos / Passivos Financeiros e Seguros, Até 3 Meses, 3 a 6 Meses, 6 a 12 Meses, 1 a 3 Anos, Acima de 3 Anos, Total. Rows include Ativos Financeiros, Contas a pagar, Provisões Técnicas, Dívidas das Operações, Dívidas de Resseguros, Títulos e créditos a receber, Passivos Financeiros, Contas a pagar, Provisões Técnicas, Dívidas das Operações, Dívidas de Resseguros, Títulos e créditos a receber.

4.3.1.3 Risco de Liquidez - No âmbito dos ativos financeiros, a gestão de liquidez tem por objetivo monitorar os prazos de liquidação dos instrumentos financeiros da carteira de investimentos da Companhia. Tal gestão também está incluída no âmbito de clientes, está na gestão de inadimplências dos clientes de aplicação de seguro de vida e títulos recebidos de clientes de seguros de vida e cossseguros. Para ativos financeiros, o risco de liquidez de curto prazo é controlado utilizando o Modelo de Miller-Orr adaptado às características da Companhia. A liquidez de longo prazo é monitorada através do gerenciamento de ativos e passivos (ALM - Assets and

Table with columns: 31/12/2015, 31/12/2014. Rows include Ações de Clases Abertas, Certificados de Depósito Bancário, Debêntures de Distribuição Pública, Fundo de Investimento de Ações, Letras do Tesouro Nacional, Letras Financeiras do Tesouro, Notas do Tesouro Nacional, Fundos de Investimento Multimercado, Fundos de Investimento Referenciado - RF, Fundos de Investimento de Direitos Creditórios, Operações Compromissadas, Certificados de Recebimento Imobiliário, Letras Financeiras, Depósitos a Prazo com Garantia Especial, Outros Ativos (Passivos), Outras Aplicações.

Table with columns: 31/12/2015, 31/12/2014. Rows include Ações de Clases Abertas, Certificados de Depósito Bancário, Debêntures de Distribuição Pública, Fundo de Investimento de Ações, Letras do Tesouro Nacional, Letras Financeiras do Tesouro, Notas do Tesouro Nacional, Fundos de Investimento Multimercado, Fundos de Investimento Referenciado - RF, Fundos de Investimento de Direitos Creditórios, Operações Compromissadas, Certificados de Recebimento Imobiliário, Letras Financeiras, Depósitos a Prazo com Garantia Especial, Outros Ativos (Passivos), Outras Aplicações.

4.3.2 Principais riscos associados a resseguro. A Companhia possui um contrato de resseguro atuando em parceria com a seguradora de Seguro de Pessoas Coletivo e Individual. O contrato de resseguro de risco de previdência. O contrato é administrado por um pool de 3 resseguradoras: Austral Risk (50%, Local), IRB Brasil Re (30%, Local) e Hannover Re (20%, Admóreo). O contrato atual é não proporcional, estruturado na modalidade de excesso de danos, e a retenção da Companhia é devida, independentemente da quantidade de coberturas contratadas, o que traz maior segurança na administração da carteira de apólices. Para fins de definição do pool de resseguradoras, o rating dos resseguradores é avaliado sendo: Austral Re (BR - AA- pela Standard & Poor's), IRB Brasil (A- pela A.M. Best), Hannover Re (AA- pela Standard & Poor's). 4.3.3 Risco Operacional - Inclui Risco Operacional, Legal, Fraude e Compliance. A gestão de Risco Operacional consiste essencialmente na manutenção da matriz de riscos operacionais que permite à Companhia identificar, acompanhar o comportamento dos riscos aos quais as atividades e negócios estão sujeitos. A matriz é periodicamente revisada, visando sua constante atualização e todas essas atividades são realizadas em conjunto com as áreas executoras. Cada risco e controle traz informações relevantes permitindo, desta forma, a classificação de cada processo de acordo com os níveis de exposição, informando ainda o tipo de risco. O processo de gestão desses riscos obedece a ciclos trimestrais, os quais incluem as seguintes etapas: identificação - Consiste em identificar os riscos inerentes às atividades da Companhia, contemplando a identificação dos processos, mensuração - Consiste em obter informações que permitam a mensuração de acordo com os níveis de exposição (alto, baixo ou médio) baseado na ponderação entre o impacto x frequência e aspectos subjetivos identificados. Redução - Representa as medidas tomadas pela Companhia para redução de riscos através de ações que minimizem o impacto no caso de ocorrências adversas. Contempla também a verificação da efetividade dos controles internos. Acompanhamento - A Companhia monitora as ações de melhorias apontadas, de forma a garantir que serão implementadas. Comunicação - Consiste em todas as informações voltadas à divulgação de informações sobre riscos e controles comunicadas tempestivamente e por toda a Companhia. As áreas têm a responsabilidade de manter histórico e registrar todas as ocorrências de Riscos Operacionais e devidamente reportá-las às equipes de supervisão, conforme política vigente. Para os Riscos de Compliance, que são aqueles que envolvem o não cumprimento das leis ou regulamentações, a Companhia avalia e monitora as conformações aplicáveis e as aponta através de emissão de pareceres. Todas as consultas e acompanhamento são executados conforme atos normativos vigentes e aplicáveis. Os Riscos de Fraude são controlados conforme exigências das leis que cobrem práticas fraudulentas e de lavagem de dinheiro. Na esfera de Risco Legal, o departamento jurídico da Companhia realiza a análise de contratos comerciais, negociações internas e participação da formação de novos produtos e serem lançados pela Companhia. Todos os posicionamentos da área são documentados em pareceres técnicos. Todos os relatórios e monitoramentos listados acima são devidamente reportados à Alta Administração, que tem a responsabilidade de orientar quanto às tratativas de riscos. 4.3.4 Risco de Subscrição - A área de Subscrição de Riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na conquista e renovação de apólices, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia garantindo assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas. Nossa política de aceitação visa selecionar os melhores riscos, aplicando regras e critérios determinadas por nossa área atuarial e mediante análises médicas e econômicas capazes de determinar a aceitação ou não das propostas. Controlando o Risco de Subscrição com as políticas, regras e diretrizes existentes, a Companhia visa manter o equilíbrio técnico-financeiro da sua carteira de negócios, perpetuando assim a capacidade de gerenciar os riscos evitando, inclusive, a absorção de riscos não desejáveis. 4.3.5 Risco por Região e Ramo - Seguros: O quadro abaixo demonstra a concentração de risco por região e por ramo, baseado nos prêmios ganhos no exercício:

Table with columns: Região e Ramo, 31/12/2015, 31/12/2014. Rows include Vida em Grupo, Prestamista, DPVAT, Acidentes Pessoais, Vida Individual, Outros, Total Seguros, Previdência, Total Previdência.

Table with columns: Região e Ramo, 31/12/2015, 31/12/2014. Rows include Centro Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste, Sul, Total. Rows include Vida em Grupo, Prestamista, DPVAT, Acidentes Pessoais, Vida Individual, Outros, Total Seguros, Previdência, Total Previdência.

Table with columns: Região e Ramo, 31/12/2015, 31/12/2014. Rows include Centro Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste, Sul, Total. Rows include Vida em Grupo, Prestamista, DPVAT, Acidentes Pessoais, Vida Individual, Outros, Total Seguros, Previdência, Total Previdência.

continuação

ICATU SEGUROS www.icatuseguros.com.br Praça 22 de Abril, 36 - Cep: 20021-370 - RJ Tel: (21) 3824-3900

10. INVESTIMENTOS. Os investimentos são compostos da seguinte forma: Investimentos em ações, títulos, etc. com colunas para Quantidade de Ações, Participação, Capital Social, etc.

11. INTANGÍVEIS. Os intangíveis são compostos da seguinte forma: Marcas e Patentes, Outros Intangíveis, Amortização. Inclui tabelas de amortização e balanço patrimonial.

passivo circulante tem como finalidade registrar obrigações com vencimento dentro de 12 meses seguintes à data das Demonstrações. São compostas da seguinte forma:

12. CONTAS A PAGAR: 12.1. Obrigações a Pagar: 0. Tabelas de vencimentos e saldos em aberto.

13. DEPÓSITOS DE TERCEIROS: Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, a prêmios e contribuições pagas pelos segurados e participantes, cujas aplicações e certificados ainda não foram emitidos...

14. PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - SEGUROS: As Provisões Técnicas estão classificadas no passivo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de exigibilidade e são compostas da seguinte forma:

Table with multiple columns: Custos de Aquisição Diferidos - Seguros, Provisões Técnicas - Seguros, Custos de Aquisição Diferidos - Previdência, Custos de Aquisição Diferidos - Previdência. Includes sub-tables for 'Cobertura de Risco' and 'Ano de aviso do sinistro'.

As movimentações das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos estão demonstradas a seguir:

Table showing movements of technical provisions and deferred acquisition costs for Seguros and Previdência, with columns for Saldo em 31/12/2013, Constituições, Amortizações, etc.

As movimentações das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos estão demonstradas a seguir:

Table showing movements of technical provisions and deferred acquisition costs for Previdência, including a 'Teste de Sensibilidade' section.

continuação

ICATU SEGUROS

ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ Nº 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br

Praça 22 de Abril, 36 - Cep: 20021-370 - RJ
Tel: (21) 3824-3900

Probabilidade de Perda	31/12/2015		31/12/2014	
	Quantidade	Valor Estimado do Risco	Quantidade	Valor Estimado do Risco
Provável	4	216	4	216
Possível	65	27.351	64	27.770
Remota	4	1.687	4	1.687
Total	73	29.254	72	29.673

17.2. Obrigações Fiscais: São registradas no passivo não circulante na rubrica "Outras Contas a Pagar", compostas como segue:

Contribuição social	Saldo em 31/12/2015		Saldo em 31/12/2014	
	Adições Monetárias	Pagamentos/ Baixas	Adições Monetárias	Pagamentos/ Baixas
COFINS	61.260	5.535	61.260	5.535
PIS	20.539	899	20.539	899
Outras Contas a Pagar	95.633	12.744	95.633	12.744

Depósito Judicial	31/12/2015		31/12/2014	
	TESE	Probabilidade de Perda	Fase Processual	Probabilidade de Perda
CSLL - Majoração da alíquota, de 9% para 15% - Lei nº 11.727/2008; e majoração da alíquota de 15% para 20% - Lei nº 13.169/2015.	Possível	Lei nº 11.727/2008 - Recurso Extraordinário no STF e Lei nº 13.169/2015 - 1ª instância.	RS 38.164	RS 26.206
PIS/COFINS - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014.	Possível	Alargamento da base - Aguardando decisão do STF e STJ; Ativo garantidor - 2ª instância e Ativo livre - 1ª instância.	RS 83.072	RS 74.143, sendo RS 63.843 COFINS, e RS 11.542 PIS
PIS - Sobre as receitas brutas operacionais de IURF em diante - Emenda Constitucional nº 17/1997.	Provável	A decisão foi parcialmente favorável. Aguardando conversão em favor da União e Companhia.	RS 6.154	RS 5.875
PIS - Incidente sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.	Provável	Aguardando decisão do STF.	RS 9.932	RS 8.262
CPMF - Sobre o valor da transferência da quota FIE/FIFE que integra a transferência da carteira da Canadá Life.	Possível	Aguardando julgamento da apelação.	RS 625	RS 585

17.3. Depósitos Judiciais e Fiscais: Os depósitos judiciais relativos às Obrigações Fiscais, Cíveis e Trabalhistas são registrados no ativo não circulante e são compostos como segue:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Saldo em 31/12/2015	Adições Monetárias	Saldo em 31/12/2014	Adições Monetárias
Cíveis	20.113	16.412	20.113	16.412
Trabalhistas	2.823	2.803	2.823	2.803
Fiscais	139.061	116.693	139.061	116.693
Outros	193	53	193	53
Total	162.190	135.971	162.190	135.971

Segue abaixo a movimentação dos Depósitos Judiciais fiscais:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Saldo em 31/12/2015	Adições Monetárias	Saldo em 31/12/2014	Adições Monetárias
Contribuição social	29.208	8.660	29.208	8.660
COFINS	63.843	1.224	63.843	1.224
PIS	24.437	199	24.437	199
CPMF	585	300	585	300
Outros	1.622	300	1.622	300
TOTAL	116.693	10.588	116.693	10,588

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: 18.1. Capital Social: O capital subscrito e integralizado é representado por 640.969 ações sem valor nominal, sendo 555.644 ações ordinárias e 85.325 ações preferenciais. As ações preferenciais não possuem direito de voto, mas têm direito a dividendo mínimo de 1% incidente sobre o capital social representado pelas ações preferenciais e possuem prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, com base na parcela do preço de emissão destinada à conta capital.

18.2. Dividendos: Em abril de 2015 os acionistas deliberaram pela distribuição de dividendos no valor de R\$ 100.000 (R\$ 50.000 em 2014) com recursos das Reservas de Lucros. A Administração, com base na prerrogativa indicada pelo Estatuto Social, propôs a retenção integral dos lucros do exercício de 2015, propondo sua destinação à Reserva de Lucros. **18.3. Ajuste de Avaliação Patrimonial:** A rubrica "Ajuste de Avaliação Patrimonial" registra os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para a venda, relativo a títulos próprios e de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no Ativo Não Circulante, na rubrica de créditos tributários.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E CAPITAL REQUERIDO: Calculado conforme a Resolução CNSP nº 321/15:

31/12/2015		31/12/2014		
Saldo em 31/12/2015	Adições Monetárias	Saldo em 31/12/2014	Adições Monetárias	
Patrimônio Líquido	858.638	823.273	858.638	823.273
Participação Coligadas e Controladas	(301.822)	(334.775)	(301.822)	(334.775)
Despesas Antecipadas	(84)	(4)	(84)	(4)
Ativos Intangíveis	(148.810)	(132.829)	(148.810)	(132.829)
Obras de Arte	(92)	(92)	(92)	(92)
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	415.830	355.573	415.830	355.573
Capital Base (CB)	15.000	15.000	15.000	15.000
Capital de Risco de Crédito	42.478	38.959	42.478	38.959
Capital de Risco de Subscrição	295.951	276.327	295.951	276.327
Capital de Risco - Redução por correlação	(19.113)	(17.562)	(19.113)	(17.562)
Capital de Risco - Operacional	8.892	7.389	8.892	7.389
Capital de Risco (CR)	328.188	305.113	328.188	305.113
Capital Mínimo Requerido - CMR (MAX(CB,CR))	328.188	305.113	328.188	305.113
Suficiência	87.642	50.460	87.642	50.460
Razão PL/CMR	1,27	1,17	1,27	1,17

20. PARTES RELACIONADAS: Os principais saldos, receitas e despesas resultantes de transações com partes relacionadas são como segue:

Ativo	31/12/2015		31/12/2014	
	Saldo em 31/12/2015	Adições Monetárias	Saldo em 31/12/2014	Adições Monetárias
Dividendos a Receber	10.980	8.698	10.980	8.698
Caixa Capitalização S.A. (Coligada) [c]	8.379	8.698	8.379	8.698
JCP - Brasil/ Cap Capitalização S.A. (Coligada) [c]	2.601	-	2.601	-
Contas a Receber	14.149	16.625	14.149	16.625
icatú Capitalização S.A. (Controlada) [a] [b]	12.027	14.739	12.027	14.739
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Controlada) [b]	7	1	7	1
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda (Controlada) [b]	375	217	375	217
Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda. (Coligada) [b]	279	260	279	260
Icatu Consultoria Ltda. (Coligada) [b]	1	-	1	-
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (Ligada) [e]	1.460	1.408	1.460	1.408
Passivo	(13.091)	(283)	(13.091)	(283)
Contas a Pagar	(13.091)	(283)	(13.091)	(283)
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (Ligada) [e]	(407)	(283)	(407)	(283)
Co-seguro / Rio Grande Seguros e Previdência S.A. [f]	(12.684)	-	(12.684)	-
Total (Ativo - Passivos)	12.038	25.040	12.038	25.040

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir: [a] Aquisição de títulos de capitalização - A Companhia adquire títulos de capitalização emitidos pela sua controlada Icatu Capitalização. Os títulos são de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuais e protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao segurando da Companhia uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido pela Companhia. Os efeitos dessa operação estão registrados na demonstração do resultado na rubrica "Outras Receitas e Despesas Operacionais"; [b] Reembolsos de custos administrativos - Referem-se a rateio de despesas comuns a Companhia e suas Controladas e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes; [c] Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a receber referem-se às movimentações oriundas da distribuição de resultados de empresas coligadas; [d] Na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global da remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social, a ser rateado entre seus membros. Remuneração paga aos Administradores, registrada na rubrica "Despesas Administrativas", referentes à remuneração e benefícios de curto e longo prazo; [e] O saldo referente à Seguradora Líder origina-se da participação da Companhia no Consórcio, que registra a operação e repassa a informação, sem movimentação financeira, constituindo, um "contas a receber / pagar"; [f] A Companhia mantém acordo operacional de co-seguro em sua controlada Indreta Companhia Rio Grande. Os valores do contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes. [g] Contribuições ao Icatu FMP, entidade de previdência complementar fechada,

Ramo	31/12/2015		31/12/2014			
	Prêmios Sinistralidade	Comissão-nameto	Prêmios Sinistralidade	Comissão-nameto		
Vida em Grupo	639.096	51,4%	27,9%	603.799	56,8%	23,9%
Prestamistas	332.815	22,2%	43,5%	326.848	27,5%	22,6%
DPVAT	71.094	86,7%	1,4%	74.819	87,4%	1,4%
Acidentes	39.700	25,3%	37,8%	31.418	13,8%	20,1%
Vida Individual	40.157	21,3%	17,3%	41.233	2,4%	15,5%
Outros	16.660	31,1%	18,2%	11.086	61,8%	12,3%
Total	1.139.522	42,8%	30,6%	1.089.263	46,9%	30,5%

22. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

31/12/2015		31/12/2014		
Saldo em 31/12/2015	Adições Monetárias	Saldo em 31/12/2014	Adições Monetárias	
Sinistros Ocorridos	(488.029)	(510.448)	(488.029)	(510.448)
Indenizações Arrebatadas	(468.550)	(373.794)	(468.550)	(373.794)
Indenizações - Avisadas de Consórcios e Fundos	(40.734)	(52.203)	(40.734)	(52.203)
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	19.178	(68.135)	19.178	(68.135)

	31/12/2015		31/12/2014	
	Saldo em 31/12/2015	Adições Monetárias	Saldo em 31/12/2014	Adições Monetárias
Despesas com Sinistros	(15.283)	(17.808)	(15.283)	(17.808)
Despesas com Benefícios-Seguro Vida Individual (-)VGBL	(11.629)	(6.259)	(11.629)	(6.259)
Recuperação de Sinistros	32.586	15.081	32.586	15.081
Outras Despesas com Sinistros	(3.197)	(7.340)	(3.197)	(7.340)
Custos de Aquisição	(348.833)	(331.999)	(348.833)	(331.999)
Comissões sobre Prêmio Retido	(307.400)	(273.182)	(307.400)	(273.182)
Recuperação de Comissões	58.856	15.416	58.856	15.416
Outras Despesas de Comercialização	(111.646)	(98.710)	(111.646)	(98.710)
Variação Comissões Diferidas	11.557	24.474	11.557	24.474
Outras Receitas e Despesas Operacionais - Seguros e Resseguros	(46.707)	(39.134)	(46.707)	(39.134)
Despesas com Cobrança	(3.926)	(4.228)	(3.926)	(4.228)
Reversão (Provisão) para Contingências Cíveis	(7.115)	(3.219)	(7.115)	(3.219)
Reversão (Constituição) de Provisão para Riscos de Créditos	(6.708)	(1.952)	(6.708)	(1.952)
Prestação de Serviço Ativo	(13.925)	(19.124)	(13.925)	(19.124)
Receitas c/ Operações Seguros	15.633	11.133	15.633	11.133
Despesas c/ Operações Seguros	(26.673)	(19.370)	(26.673)	(19.370)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(3.993)	(2.374)	(3.993)	(2.374)
Resultado com Operações de Resseguro	(4.380)	249	(4.380)	249
Receita com Resseguro	23.045	19.211	23.045	19.211
Despesa com Resseguro	(29.425)	(17.962)	(29.425)	(17.962)
Outras Receitas e Despesas Operacionais - Previdência	(964)	(378)	(964)	(378)
Despesas de Custeioamento de Vendas	(690)	(355)	(690)	(355)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(274)	(29)	(274)	(29)
Resultado com Operações de Resseguro	(146)	1.266	(146)	1.266
Receita com Resseguro	(106)	1.778	(106)	1.778
Despesa com Resseguro	(40)	(512)	(40)	(512)
Despesas Administrativas	(215.749)	(185.473)	(215.749)	(185.473)
Pessoal Operacional	(104.050)	(89.784)	(104.050)	(89.784)
Reversão (Provisão) para Contingências Trabalhistas	(530)	252	(530)	252
Serviços de Terceiros	(29.778)	(22.358)	(29.778)	(22.358)
Localização e Funcionamento	(54.914)	(52.540)	(54.914)	(52.540)
Publicidade e Propaganda	(18.434)	(16.109)	(18.434)	(16.109)
Convênio DPVAT	(3.368)	(3.183)	(3.368)	(3.183)
Outras Despesas Administrativas	(4.685)	(2.751)	(4.685)	(2.751)
Despesas com Tributos	(48.259)	(51.375)	(48.259)	(51.375)
Impostos	(35.220)	(39.106)	(35.220)	(39.106)
COFINS	(6.556)	(7.047)	(6.556)	(7.047)
PIS	(3.073)	(3.218)	(3.073)	(3.218)
Outras Despesas com Tributos	(527)	(58)	(527)	(58)
Resultado Financeiro	82.026	81.848	82.026	81.848
Receitas Financeiras	1.215.099	1.033.675	1.215.099	1.033.675
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	1.126.380	947.550	1.126.380	947.550
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	50.336	61.003	50.336	61.003
Títulos de Renda Fixa	4.364	5.893	4.364	5.893
Convênio DPVAT	10.587	9.329	10.587	9.329
Juros sobre Capital Próprio	3.060	-	3.060	-
Outras Receitas Financeiras	14.372	10.820	14.372	10.820
Despesas Financeiras	(1.133.073)	(951.827)	(1.133.073)	(951.827)
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Previdência	(469.185)	(342.885)	(469.185)	(342.885)
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Seguros	(488.390)	(356.422)	(488.390)	(356.422)
Despesas Financeiras	(161.125)	(142.042)	(161.125)	(142.042)
Outras Despesas Financeiras	(14.373)	(5,478)	(14.373)	(5,478)
Ganhos e Perda com Ativos Não correntes	6.885	(591)	6.885	(591)
Resultado Alienação Bens Ativo Permanente	(4.176)	(588)	(4.176)	(588)
Resultado de Outras Operações*	11.061	(3)	11.061	(3)
*Recebimento de precatório referente atualização monetária de Títulos da Dívida Agrária relativos aos expurgos inflacionários dos planos econômicos.				
23. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como se segue:				
31/12/2015		31/12/2014		
IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	
Resultado antes dos Impostos e Participações	293.243	293.243	283.419	283.419
Participações	(33.403)	(33.403)	(33.646)	(33.646)
Resultado antes dos Impostos	259.840	259.840	249.773	249.773
Resultado Alienação Bens Ativo Permanente	(157.105)	(157.105)	(171.853)	(171.853)
ADICÕES	99.311	99.31		

icatu SEGUROS

ICATU SEGUROS S.A.
CNPJ Nº 42.283.770/0001-39

www.icatuseguros.com.br
Praça 22 de Abril, 36 - Cep: 20021-370 - RJ
Tel: (21) 3824-3900

PARCER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

As Administradoras e Acionistas da Icatu Seguros S.A. Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Icatu Seguros S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2015, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. Responsabilidade da Administração. A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos atuários independentes. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Sociedade e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados

nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Icatu Seguros S.A. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. Opinião. Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção acima referidos da Icatu Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2015 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. Outros assuntos. No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos quadros estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2016. KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. CIBA 48 - Joel Garcia - Atuário MIBA 1131.

Anexo I Icatu Seguros S.A. (Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas e Ativos de Resseguro	31/12/2015
Total de provisões técnicas auditadas	10.677.109
Provisões técnicas relativas ao seguro DPVAT - Não auditadas (*)	85.515
Total de provisões técnicas	10.762.624
Total de ativo de resseguro	30.937

(*) Conforme Resolução CNSP 321/2015, Artigo 110, § 1º. Para o seguro DPVAT, a contratação da auditoria atuarial independente é de exclusiva responsabilidade da sociedade seguradora administradora dos contratos.

2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	31/12/2015
Provisões Técnicas (a)	10.677.109
Valores redutores (b)	9.555.216
Total a ser coberto (a-b)	1.121.893
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2015
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (b)	328.189
Exigência de Capital (CMR)	328.189
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2015
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	415.830
Exigência de Capital (CMR) (b)	328.188
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	87.642
Ativos Garantidores (d)	1.426.485
Total a ser Coberto (e)	1.207.408
Suficiência / (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	219.077
Ativos Líquidos (g)	219.077
Capital de Risco (CR) (h)	328.189
Índice de Liquidez em relação ao CR % (i = g / h)	66,75%

(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 é de, no mínimo, 20%.

5. Demonstrativo dos limites de retenção	31/12/2015
0990; 0990; 1300; 1300	400
1329; 1383; 1384; 1391	1.200
0977; 0982; 1061; 1198; 1381	2.000
0929; 0984; 0987; 0993	6.000

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

As Administradoras e Acionistas da Icatu Seguros S.A. - Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Icatu Seguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras individuais: A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade

é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles

internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Opinião: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Icatu Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2016. KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-0 F.R.L. Fernando Antonio Rodrigues Alfredo - Contador - CRC ISP25241/O-0.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

INTRODUÇÃO. O Comitê de Auditoria (Comitê) da Icatu Seguros S.A. e suas controladas Icatu Capitalização S.A., Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e Vanguarda Companhia de Seguros Gerais, funciona de acordo com as regras emanadas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), especialmente a Resolução CNSP nº 321 de 15 de julho de 2015. São atribuições do Comitê assessorar o Conselho de Administração na supervisão da qualidade e integridade das demonstrações financeiras, no cumprimento das disposições legais e regulatórias, na qualificação, independência e atuação dos auditores independentes, na atuação da auditoria interna e nas atividades de gerenciamento de riscos e de controles internos. É responsabilidade da Administração das empresas a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com a legislação e regulamentação vigentes no Brasil, e a definição e manutenção de controles internos adequados para garantir a qualidade e integridade dessas demonstrações financeiras. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração das empresas, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, e de outras áreas julgadas necessárias pelos membros do Comitê, além

das próprias análises e verificações efetuadas pelo Comitê. **ATIVIDADES DO COMITÊ NO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2015.** Durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, as principais atividades e trabalhos desenvolvidos pelo Comitê foram: • Reuniões com o Conselho de Administração e com executivos e profissionais das áreas de operações, controladoria, contabilidade, financeira, tecnologia da informação, controles internos e compliance e auditoria interna. • Revisão do plano anual e acompanhamento dos trabalhos e dos relatórios da auditoria interna. O Comitê acompanhou também a implantação dos planos de ação propostos pela Administração das empresas para eliminação das deficiências de controles internos identificadas pela auditoria interna e pelos auditores independentes. • Assessoria na contratação dos auditores independentes, avaliação do planejamento dos trabalhos e avaliação do desempenho e independência desses auditores independentes. O Comitê analisou os relatórios emitidos pelos auditores independentes sobre questões relacionadas com controles internos, cumprimento de dispositivos legais e regulatórios e divulgação de informações contábeis. • Acompanhamento das atividades executadas pela Administração das empresas relacionadas com a avaliação e gerenciamento de riscos, gestão do sistema de controles internos, cumprimento de normas externas e

internas e do Código de Ética. • Revisão das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 das empresas, notas explicativas e correspondentes relatórios dos auditores independentes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP. **CONCLUSÃO.** No uso de suas atribuições e observando o disposto na Resolução CNSP nº 321/2015 e o seu Regulamento Interno, o Comitê entende que o sistema de controles internos e gerenciamento de riscos das empresas está estruturado para propiciar o adequado registro e controle das operações, bem como a observância das disposições legais, regulatórias e normativas internas. Com base nos resultados das atividades desenvolvidas, conforme descrito acima, e nos pareceres dos auditores independentes, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 da Icatu Seguros S.A., Icatu Capitalização S.A., Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e Vanguarda Companhia de Seguros Gerais. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2016. Manuel Luiz da Silva Araújo José Rubens Alonso John Peter Richard James

Id: 1936947

TRENS MAIS NOVOS E CADA VEZ MAIS RÁPIDOS. ISSO DEVERIA SER BOM PRA TODO MUNDO.

Diariamente, pessoas andam nos trilhos para cortar caminho ou não pagar passagem. Muitas dessas infrações, lamentavelmente, acabam virando graves acidentes. A modernização e o maior número de trens reduziram o tempo de viagem, diminuiram a espera nas plataformas e aumentaram o conforto. Isso é ótimo para os passageiros. Mas ficou ainda pior para quem atravessa os trilhos, mesmo sabendo que é proibido. Para nós, tão importante quanto transportar pessoas em segurança é preservar a vida de todos.

supervia Trans Urbanos **ODDBRECHT** Mobilidade

NÃO CAMINHE NOS TRILHOS. UMA CAMPANHA PELA VIDA.

SuperVia Fone 0800 725 9494 www.supervia.com.br
#supervia #trilhos
superviafone@supervia.com.br (Deficientes auditivos)